

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 08 de novembro do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0263/2017

Conselheiro Relator: *João Tito S Cademartori Neto*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso de Ofício Processo nº: 0.076.511/2017-1 de 07/07/2017

Auto de Infração nº 48545 - SEMOB - Valor: 15 UPF's

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA EM RAZÃO DE MOTORISTA SEM UNIFORME – ARTIGO 24, II DO DECRETO MUNICIPAL N. 2367/1991 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – PRELIMINAR DE NULIDADE DA NOTIFICAÇÃO – AFASTAMENTO – MÉRITO – INAPLICABILIDADE DA MULTA POR CERCEAMENTO DE DEFESA – INOCORRÊNCIA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Preliminar de nulidade de notificação não conhecida em razão do procedimento ter sido perfectibilizado nos termos da Lei 5.766/2013. Comprovado a notificação da parte autuada, inaugura-se o prazo para contestação afastando a tese de cerceamento de defesa. Auto de Infração mantido ratificando a decisão de primeira instância. Restando comprovada a infringência da norma a multa aplicada deve ser mantida ratificando a decisão de 1ª instância.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro André Santos Castro, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. André Santos Castro; 2. Benedita Madaleno da Costa; 3. Reginaldo Conceição Amorim; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. Jaime Marcelino F Júnior e 6. Onofre Russo Neto.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 09 de novembro de 2.017

André Santos Castro
Presidente da Turma
em exercício

João Tito S Cademartori Neto
Conselheiro Relator

Rober Caio Martins Ribeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 08 de novembro do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0264/2017

Conselheiro Relator: *Jaime Marcelino Ferreira Júnior*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.102.817/2016-1 de 29/09/2016

Auto de Infração nº 50821 - SEMOB - Valor: R\$826,00

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA EM RAZÃO DE DESCUMPRIMENTO DE NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE – ARTIGO 1º, II, GRUPO V, CÓDIGO “A” DA LEI N. 5.766/2013 – DIFERENCIAL RONCANDO - RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Multa a ser recolhida com as cominações legais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício do Senhor Conselheiro João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. André Santos Castro; 2. Benedita Madaleno da Costa; 3. Reginaldo Conceição Amorim; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. João Tito S Cademartori Neto e 6. Onofre Russo Neto.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 09 de novembro de 2.017

João Tito S Cademartori Neto
Presidente da Turma
em exercício

Jaime Marcelino Ferreira Júnior
Conselheiro Relator

Rober Caio Martins Ribeiro
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 08 de novembro do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0265/2017

Conselheiro Relator: *Jaime Marcelino Ferreira Júnior*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.102.822/2016-1 de 29/09/2016

Auto de Infração nº 50808 - SEMOB - Valor: R\$1000,00

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA OPERAR COM VEÍCULO SEM ITEM INDISPENSÁVEL – ARTIGO 1º, II, GRUPO VIII, CÓDIGO “A” DA LEI N. 5.766/2013 – TRANSITAR COM FAROL APAGADO - RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Multa a ser recolhida com as cominações legais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício do Senhor Conselheiro João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator e manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. André Santos Castro; 2. Benedita Madaleno da Costa; 3. Reginaldo Conceição Amorim; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. João Tito S Cademartori Neto e 6. Onofre Russo Neto.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

- Cuiabá, 09 de novembro de 2.017

João Tito S Cademartori Neto

Presidente da Turma
em exercício

Jaime Marcelino Ferreira Júnior

Conselheiro Relator

Rober Caio Martins Ribeiro

Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 08 de novembro do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0266/2017

Conselheiro Relator: *Jaime Marcelino Ferreira Júnior*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.102.851/2016-1 de 29/09/2016

Auto de Infração nº 51805 - SEMOB - Valor: R\$826,00

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. – RECURSO VOLUNTÁRIO – OMITIR HORÁRIO DE VIAGEM EMANADA PELA OSO. INFRAÇÃO PREVISTA ART. 1º, II DA LEI 5.766/2013. PENALIDADE NOS TERMOS DO ANEXO I, GRUPO V, CÓDIGO “A” DO MESMO DIPLOMA LEGAL. AUSÊNCIA DE PROVAS CAPAZES DE DESCONSTITUIR O ATO ADMINISTRATIVO. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA RESPEITADOS. ERRO MATERIAL. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAR CONDUTA TIPIFICADA NO GRUPO E ALÍNEA DESCRITOS NO AUTO DE INFRAÇÃO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE E INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO PARCIALMENTE. Assegurado o direito de ampla defesa e ao contraditório do munícipe autuado. Ato administrativo que goza de presunção de legitimidade e veracidade. Ausência de provas nos autos capazes de elidir a infração apontada. Ônus do contribuinte. Irresignação do recorrente cinge-se em discutir o reequadramento. Erro material não invalida a autuação. Tipificação da infração reclama a aplicação da regra específica. A regra a imperar no caso é a estabelecida no Anexo I, Grupo III, Alínea “E”. Penalidade reduzida nos termos da legislação. Auto de infração mantido parcialmente. Recurso conhecido e provido parcialmente. **Devendo o recorrente recolher aos Cofres Públicos Municipais o valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) devidamente atualizados.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício do Senhor Conselheiro João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos, em conhecer e prover parcialmente** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter parcialmente o auto de infração **reformando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. André Santos Castro; 2. Benedita Madaleno da Costa; 3. Reginaldo Conceição Amorim; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. João Tito S Cademartori Neto e 6. Onofre Russo Neto.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 09 de novembro de 2.017

João Tito S Cademartori Neto

Presidente da Turma
em exercício

Jaime Marcelino Ferreira Júnior

Conselheiro Relator

Rober Caio Martins Ribeiro

Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 08 de novembro do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0267/2017

Conselheiro Relator: *Jaime Marcelino Ferreira Júnior*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.102.910/2016-1 de 29/09/2016

Auto de Infração nº 50816 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. – RECURSO VOLUNTÁRIO – OMITIR HORÁRIO DE VIAGEM EMANADA PELA OSO. INFRAÇÃO PREVISTA ART. 1º, II DA LEI 5.766/2013. PENALIDADE NOS TERMOS DO ANEXO I, GRUPO III, CÓDIGO “E” DO MESMO DIPLOMA LEGAL. AUSÊNCIA DE PROVAS CAPAZES DE DESCONSTITUIR O ATO ADMINISTRATIVO. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA RESPEITADOS. REINCIDÊNCIA. ENQUADRAMENTO CORRETO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Assegurado o direito de ampla defesa e ao contraditório do munícipe autuado. Ato administrativo que goza de presunção de legitimidade e veracidade. Ausência de provas nos autos capazes de elidir a infração apontada. Ônus do contribuinte. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração que iniquem de nulidade o procedimento fiscal. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício do Senhor Conselheiro João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. André Santos Castro; 2. Benedita Madaleno da Costa; 3. Reginaldo Conceição Amorim; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. João Tito S Cademartori Neto e 6. Onofre Russo Neto.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 09 de novembro de 2.017

João Tito S Cademartori Neto
Presidente da Turma
em exercício

Jaime Marcelino Ferreira Júnior
Conselheiro Relator

Rober Caio Martins Ribeiro
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 08 de novembro do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0268/2017

Conselheiro Relator: *Jaime Marcelino Ferreira Júnior*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.102.825/2016-1 de 29/09/2016

Auto de Infração nº 50825 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. – RECURSO VOLUNTÁRIO – OMITIR HORÁRIO DE VIAGEM EMANADA PELA OSO. INFRAÇÃO PREVISTA ART. 1º, II DA LEI 5.766/2013. PENALIDADE NOS TERMOS DO ANEXO I, GRUPO III, CÓDIGO “E” DO MESMO DIPLOMA LEGAL. AUSÊNCIA DE PROVAS CAPAZES DE DESCONSTITUIR O ATO ADMINISTRATIVO. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA RESPEITADOS. REINCIDÊNCIA. ENQUADRAMENTO CORRETO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Assegurado o direito de ampla defesa e ao contraditório do munícipe autuado. Ato administrativo que goza de presunção de legitimidade e veracidade. Ausência de provas nos autos capazes de elidir a infração apontada. Ônus do contribuinte. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração que iniquem de nulidade o procedimento fiscal. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício do Senhor Conselheiro João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos, em conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. André Santos Castro; 2. Benedita Madaleno da Costa; 3. Reginaldo Conceição Amorim; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. João Tito S Cademartori Neto e 6. Onofre Russo Neto.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 09 de novembro de 2.017

João Tito S Cademartori Neto
Presidente da Turma
em exercício

Jaime Marcelino Ferreira Júnior
Conselheiro Relator

Rober Caio Martins Ribeiro
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 14 de novembro do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0269/2017

Conselheiro Relator: *Marcelo Daubian Paes de Barros*

Recorrente: **EXPRESSO N S TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.111.405/2016-1 de 25/10/2016

Auto de Infração de Transporte nº 64880 - SEMOB - Valor: R\$826,00

EMENTA

MULTA ADMINISTRATIVA. RECURSO VOLUNTÁRIO. DESCUMPRIMENTO DE NOTIFICAÇÃO. INFRAÇÃO PREVISTA ART. 1º, II DA LEI 5.766/2013. FAROL DIREITO QUEIMADO. PENALIDADE NOS TERMOS DO ANEXO I, GRUPO III, CÓDIGO “E” DO MESMO DIPLOMA LEGAL. NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS FORMAIS PELA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DA INFRAÇÃO. ALEGAÇÃO FALTA DE TESTEMUNHAS REJEITADA. PENALIDADE CORRETAMENTE APLICADA. Autuação que preenche os requisitos formais previstos no artigo 9º da Lei 5.766/2013 é suficiente para assegurar o direito de ampla defesa e ao contraditório do munícipe autuado. Ato administrativo que goza de presunção de legitimidade e veracidade. Ausência de provas nos autos capazes de elidir a infração apontada. Ônus do contribuinte. Inexistência de qualquer irregularidade material ou formal ou muito menos a configuração de qualquer fundamento de fato e de direito a demonstrar a necessidade de reformar a decisão de 1ª Instância. Penalidade aplicada corretamente. Auto de infração mantido.


ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Marli de Paula Vilella, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Vitor de Oliveira Tavares; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Helenise Aparecida L de Souza Ferreira; 4. Marli de Paula Vilella; 5. Péricles Baicere Schmidt e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Drª. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 17 de novembro de 2.017


Marli de Paula Vilella
Presidente da Turma


Marcelo Daubian Paes de Barros
Conselheiro Relator


Benedito Oscar Fernandes de Campos
Presidente
Conselho de Recursos Fiscais


Thamiris de Oliveira Moraes
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 14 de novembro do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0270/2017

Conselheiro Relator: *Marcelo Daubian Paes de Barros*

Recorrente: **EXPRESSO N S TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.0.90.945/2016-1 de 25/08/2016

Auto de Infração de Transporte nº 51515 - SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

MULTA ADMINISTRATIVA. RECURSO VOLUNTÁRIO. OPERAR COM VEÍCULO EM DESACORDO COM AS NORMAS. TRANSITAR COM FREIO DE MÃO INOPERANTE. INFRAÇÃO PREVISTA ART. 1º, II DA LEI 5.766/2013. PENALIDADE NOS TERMOS DO ANEXO I, GRUPO III, CÓDIGO “D” DO MESMO DIPLOMA LEGAL. NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS FORMAIS PELA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DA INFRAÇÃO. ALEGAÇÃO FALTA DE TESTEMUNHAS REJEITADA. PENALIDADE CORRETAMENTE APLICADA. Autuação que preenche os requisitos formais previstos no artigo 9º da Lei 5.766/2013 é suficiente para assegurar o direito de ampla defesa e ao contraditório do munícipe autuado. Ato administrativo que goza de presunção de legitimidade e veracidade. Ausência de provas nos autos capazes de elidir a infração apontada. Ônus do contribuinte. Inexistência de qualquer irregularidade material ou formal ou muito menos a configuração de qualquer fundamento de fato e de direito a demonstrar a necessidade de reformar a decisão de 1ª Instância. Penalidade aplicada corretamente. Auto de infração mantido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Marli de Paula Vilella, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Vitor de Oliveira Tavares; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Helenise Aparecida L de Souza Ferreira; 4. Marli de Paula Vilella; 5. Péricles Baicere Schmidt e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

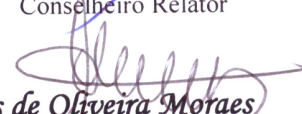
Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Drª. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 17 de novembro de 2.017


Marli de Paula Vilella
Presidente da Turma


Marcelo Daubian Paes de Barros
Conselheiro Relator


Benedito Oscar Fernandes de Campos
Presidente
Conselho de Recursos Fiscais


Thamiris de Oliveira Moraes
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 14 de novembro do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0271/2017

Conselheiro Relator: *Marcelo Daubian Paes de Barros*

Recorrente: **EXPRESSO N S TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.0.20.326/2017-1 de 24/02/2017

Auto de Infração de Transporte nº 51046 - SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

MULTA ADMINISTRATIVA. RECURSO VOLUNTÁRIO. DESCUMPRIR HORÁRIO DE VIAGEM. ATRASOU 10 MIN. INFRAÇÃO PREVISTA ART. 1º, II DA LEI 5.766/2013. PENALIDADE NOS TERMOS DO ANEXO I, GRUPO III, CÓDIGO “E” DO MESMO DIPLOMA LEGAL. NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS FORMAIS PELA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DA INFRAÇÃO. ALEGAÇÃO FALTA DE NÚMERO DE PLACA REJEITADA. PENALIDADE CORRETAMENTE APLICADA. Autuação que preenche os requisitos formais previstos no artigo 9º da Lei 5.766/2013 é suficiente para assegurar o direito de ampla defesa e ao contraditório do munícipe autuado. Ato administrativo que goza de presunção de legitimidade e veracidade. Ausência de provas nos autos capazes de elidir a infração apontada. Ônus do contribuinte. Identificação do veículo através do prefixo e linha. Inexistência de qualquer irregularidade material ou formal ou muito menos a configuração de qualquer fundamento de fato e de direito a demonstrar a necessidade de reformar a decisão de 1ª Instância. Penalidade aplicada corretamente. Auto de infração mantido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Marli de Paula Vilella, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Vitor de Oliveira Tavares; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Helenise Aparecida L de Souza Ferreira; 4. Marli de Paula Vilella; 5. Péricles Baicere Schimidt e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Drª. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 17 de novembro de 2.017

Marli de Paula Vilella
Presidentê da Turma

Marcelo Daubian Paes de Barros
Conselheiro Relator

Benedito Oscar Fernandes de Campos
Presidente
Conselho de Recursos Fiscais

Thamiris de Oliveira Moraes
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 14 de novembro do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0272/2017

Conselheiro Relator: *Marcelo Daubian Paes de Barros*

Recorrente: **EXPRESSO N S TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.0.20.327/2017-1 de 24/02/2017

Auto de Infração de Transporte nº 51177 - SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

MULTA ADMINISTRATIVA. RECURSO VOLUNTÁRIO. DESCUMPRIR HORÁRIO DE VIAGEM. ATRASOU 18 MIN. INFRAÇÃO PREVISTA ART. 1º, II DA LEI 5.766/2013. PENALIDADE NOS TERMOS DO ANEXO I, GRUPO III, CÓDIGO “E” DO MESMO DIPLOMA LEGAL. NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS FORMAIS PELA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DA INFRAÇÃO. ALEGAÇÃO FALTA DE NÚMERO DE PLACA REJEITADA. PENALIDADE CORRETAMENTE APLICADA. Autuação que preenche os requisitos formais previstos no artigo 9º da Lei 5.766/2013 é suficiente para assegurar o direito de ampla defesa e ao contraditório do munícipe autuado. Ato administrativo que goza de presunção de legitimidade e veracidade. Ausência de provas nos autos capazes de elidir a infração apontada. Ônus do contribuinte. Identificação do veículo através do prefixo e linha. Inexistência de qualquer irregularidade material ou formal ou muito menos a configuração de qualquer fundamento de fato e de direito a demonstrar a necessidade de reformar a decisão de 1ª Instância. Penalidade aplicada corretamente. Auto de infração mantido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Marli de Paula Vilella, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Vitor de Oliveira Tavares; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Helenise Aparecida L de Souza Ferreira; 4. Marli de Paula Vilella; 5. Péricles Baicere Schimidt e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr^a. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 17 de novembro de 2.017

Marli de Paula Vilella
Presidente da Turma

Marcelo Daubian Paes de Barros
Conselheiro Relator

Benedito Oscar Fernandes de Campos
Presidente
Conselho de Recursos Fiscais

Thamiris de Oliveira Moraes
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 14 de novembro do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0273/2017

Conselheiro Relator: *Marcelo Daubian Paes de Barros*

Recorrente: **EXPRESSO N S TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.0.90.958/2016-1 de 25/08/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50458 - SEMOB - Valor: 10 UPF's

EMENTA

MULTA ADMINISTRATIVA. RECURSO VOLUNTÁRIO. EMBARCAR E DESEMBARCAR PASSAGEIROS FORA DO PONTO DE PARADA. DESCUMPRIMENTO DA OSO. INFRAÇÃO PREVISTA ART. 46, XII DA LEI 1789/81. PENALIDADE NOS TERMOS DO ARTIGO 56, II C/C ART. 58, §3º, CÓDIGO 203 DO MESMO DIPLOMA LEGAL. NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS FORMAIS PELA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DA INFRAÇÃO. ALEGAÇÃO FALTA DE TESTEMUNHAS E LOCAL DA INFRAÇÃO REJEITADA. PENALIDADE CORRETAMENTE APLICADA. Autuação que preenche os requisitos formais previstos no artigo 9º da Lei 5.766/2013 é suficiente para assegurar o direito de ampla defesa e ao contraditório do munícipe autuado. Ato administrativo que goza de presunção de legitimidade e veracidade. Ausência de provas nos autos capazes de elidir a infração apontada. Ônus do contribuinte. Identificação do local da infração constante nos autos. Inexistência de qualquer irregularidade material ou formal ou muito menos a configuração de qualquer fundamento de fato e de direito a demonstrar a necessidade de reformar a decisão de 1ª Instância. Penalidade aplicada corretamente. Auto de infração mantido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Marli de Paula Vilella, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Vitor de Oliveira Tavares; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Helenise Aparecida L de Souza Ferreira; 4. Marli de Paula Vilella; 5. Péricles Baicere Schimidt e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.


Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Drª. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 17 de novembro de 2.017


Marli de Paula Vilella
Presidente da Turma


Marcelo Daubian Paes de Barros
Conselheiro Relator


Benedito Oscar Fernandes de Campos
Presidente
Conselho de Recursos Fiscais


Thamiris de Oliveira Moraes
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 22 de novembro do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0274/2017

Conselheira Relatora: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.069.619/2016-1 de 29/06/2016

Auto de Infração nº 50911 - SEMOB - Valor: R\$826,00

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. – RECURSO VOLUNTÁRIO – OMITIR HORÁRIO DE VIAGEM EMANADA PELA OSO N. 241016. INFRAÇÃO PREVISTA ART. 1º, II DA LEI 5.766/2013. PENALIDADE NOS TERMOS DO ANEXO I, GRUPO V, CÓDIGO “A” DO MESMO DIPLOMA LEGAL. AUSÊNCIA DE PROVAS CAPAZES DE DESCONSTITUIR O ATO ADMINISTRATIVO. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA RESPEITADOS. ERRO MATERIAL. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAR CONDUTA TIPIFICADA NO GRUPO E ALÍNEA DESCRITOS NO AUTO DE INFRAÇÃO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE E INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO PARCIALMENTE. Assegurado o direito de ampla defesa e ao contraditório do munícipe autuado. Ato administrativo que goza de presunção de legitimidade e veracidade. Ausência de provas nos autos capazes de elidir a infração apontada. Ônus do contribuinte. Irresignação do recorrente cinge-se em discutir o reenquadramento. Erro material não invalida a autuação. Tipificação da infração reclama a aplicação da regra específica. A regra a imperar no caso é a estabelecida no Anexo I, Grupo III, Alínea “E”. Penalidade reduzida nos termos da legislação. Auto de infração mantido parcialmente. Recurso conhecido e provido parcialmente. **Devendo o recorrente recolher aos Cofres Públicos Municipais o valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais)** devidamente atualizados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e prover parcialmente** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora manter parcialmente o auto de infração **reformando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. Reginaldo Conceição Amorim; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. João Tito S Cademartori Neto e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 23 de novembro de 2.017

Luiz Mário Massad G da Silva
Presidente da Turma

Benedita Madaleno da Costa
Conselheira Relatora

Benedito Oscar Fernandes de Campos
Presidente do Conselho

Rober Caio Martins Ribeiro
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 22 de novembro do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0275/2017

Conselheira Relatora: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.069.620/2016-1 de 29/06/2016

Auto de Infração nº 50910 - SEMOB - Valor: R\$826,00

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. – RECURSO VOLUNTÁRIO – OMITIR HORÁRIO DE VIAGEM EMANADA PELA OSO N. 241016. INFRAÇÃO PREVISTA ART. 1º, II DA LEI 5.766/2013. PENALIDADE NOS TERMOS DO ANEXO I, GRUPO V, CÓDIGO “A” DO MESMO DIPLOMA LEGAL. AUSÊNCIA DE PROVAS CAPAZES DE DESCONSTITUIR O ATO ADMINISTRATIVO. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA RESPEITADOS. ERRO MATERIAL. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAR CONDUTA TIPIFICADA NO GRUPO E ALÍNEA DESCRITOS NO AUTO DE INFRAÇÃO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE E INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO PARCIALMENTE. Assegurado o direito de ampla defesa e ao contraditório do munícipe autuado. Ato administrativo que goza de presunção de legitimidade e veracidade. Ausência de provas nos autos capazes de elidir a infração apontada. Ônus do contribuinte. Irresignação do recorrente cinge-se em discutir o reenquadramento. Erro material não invalida a autuação. Tipificação da infração reclama a aplicação da regra específica. A regra a imperar no caso é a estabelecida no Anexo I, Grupo III, Alínea “E”. Penalidade reduzida nos termos da legislação. Auto de infração mantido parcialmente. Recurso conhecido e provido parcialmente. **Devendo o recorrente recolher aos Cofres Públicos Municipais o valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais)** devidamente atualizados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e prover parcialmente** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora manter parcialmente o auto de infração **reformando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. Reginaldo Conceição Amorim; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. João Tito S Cademartori Neto e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 23 de novembro de 2.017

Luiz Mário Massad G da Silva
Presidente da Turma

Benedita Madaleno da Costa
Conselheira Relatora

Benedito Oscar Fernandes de Campos
Presidente do Conselho

Rober Caio Martins Ribeiro
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 22 de novembro do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0276/2017

Conselheira Relatora: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.069.604/2016-1 de 29/06/2016

Auto de Infração nº 66432 - SEMOB - Valor: R\$826,00

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. – RECURSO VOLUNTÁRIO – OMITIR HORÁRIO DE VIAGEM EMANADA PELA OSO N. 13309. INFRAÇÃO PREVISTA ART. 1º, II DA LEI 5.766/2013. PENALIDADE NOS TERMOS DO ANEXO I, GRUPO V, CÓDIGO “A” DO MESMO DIPLOMA LEGAL. AUSÊNCIA DE PROVAS CAPAZES DE DESCONSTITUIR O ATO ADMINISTRATIVO. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA RESPEITADOS. ERRO MATERIAL. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAR CONDUTA TIPIFICADA NO GRUPO E ALÍNEA DESCRITOS NO AUTO DE INFRAÇÃO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE E INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO PARCIALMENTE. Assegurado o direito de ampla defesa e ao contraditório do munícipe autuado. Ato administrativo que goza de presunção de legitimidade e veracidade. Ausência de provas nos autos capazes de elidir a infração apontada. Ônus do contribuinte. Irresignação do recorrente cinge-se em discutir o reenquadramento. Erro material não invalida a autuação. Tipificação da infração reclama a aplicação da regra específica. A regra a imperar no caso é a estabelecida no Anexo I, Grupo III, Alínea “E”. Penalidade reduzida nos termos da legislação. Auto de infração mantido parcialmente. Recurso conhecido e provido parcialmente. **Devendo o recorrente recolher aos Cofres Públicos Municipais o valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais)** devidamente atualizados.

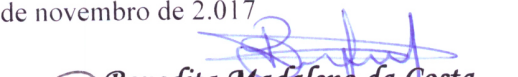
ACÓRDÃO

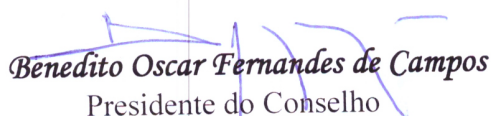
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e prover parcialmente** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora manter parcialmente o auto de infração **reformando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. Reginaldo Conceição Amorim; 4. Elías Correia Pedrozo; 5. João Tito S Cademartori Neto e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

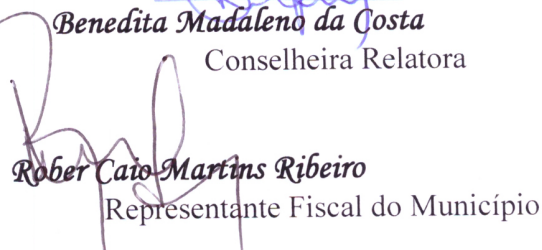
Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 23 de novembro de 2.017


Luiz Mário Massad G da Silva
Presidente da Turma


Benedita Madaleno da Costa
Conselheira Relatora


Benedito Oscar Fernandes de Campos
Presidente do Conselho


Rober Caio Martins Ribeiro
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 22 de novembro do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0277/2017

Conselheira Relatora: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.069.530/2016-1 de 29/06/2016

Auto de Infração nº 62112 - SEMOB - Valor: R\$1000,00

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA OPERAR COM VEÍCULO PÉSSIMO ESTADO DE LIMPEZA E COM CACOS DE VIDROS COLOCANDO EM PERIGO A COLETIVIDADE USUÁRIA – ARTIGO 1º, II, GRUPO VIII, CÓDIGO “A” DA LEI N. 5.766/2013 – TRANSITAR COM FAROL APAGADO - RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Multa a ser recolhida com as cominações legais.

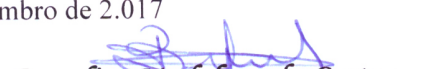
ACÓRDÃO

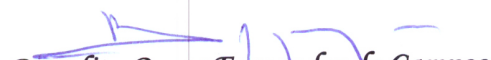
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. Reginaldo Conceição Amorim; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. João Tito S Cademartori Neto e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.


Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 23 de novembro de 2.017


Luiz Mário Massad G da Silva
Presidente da Turma


Benedita Madaleno da Costa
Conselheira Relatora


Benedito Oscar Fernandes de Campos
Presidente do Conselho


Rober Caio Martins Ribeiro
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 22 de novembro do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0278/2017

Conselheira Relatora: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.080.215/2016-1 de 27/07/2016

Auto de Infração nº 50762 - SEMOB - Valor: R\$1000,00

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA OPERAR COM VEÍCULO QUE NÃO APRESENTA CONDIÇÕES DE SEGURANÇA COLOCANDO EM RISCO A COLETIVIDADE USUÁRIA – ARTIGO 1º, II, GRUPO VIII, CÓDIGO “A” DA LEI N. 5.766/2013 – TRANSITAR COM FAROL APAGADO - RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Multa a ser recolhida com as cominações legais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. Reginaldo Conceição Amorim; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. João Tito S Cademartori Neto e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 23 de novembro de 2.017


Luiz Mário Massad G da Silva
Presidente da Turma


Benedita Madaleno da Costa
Conselheira Relatora


Benedito Oscar Fernandes de Campos
Presidente do Conselho


Rober Caio Martins Ribeiro
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 29 de novembro do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0279/2017

Conselheiro Relator: *João Tito Schenini Cademartori Neto*

Recorrente: **FERNANDO AUGUSTO LATORRACA LEITE DE CAMPOS**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso Voluntário Processo nº: 0.067.012/2017-1 de 14/06/2017

Revisão Lançamento de IPTU 2016 - SMF - Valor: R\$ 45.023,83

EMENTA

DIREITO TRIBUTÁRIO – REVISÃO E RECÁLCULO DO VALOR DO IPTU DO ANO DE 2016 – IMÓVEL ENQUADRADO NA MODALIDADE DE ZIA-3 NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 389/2015 – ALEGAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE DUAS ALÍQUOTAS PARA O MESMO IMÓVEL – DESCABIMENTO NO PRESENTE CASO – POSSIBILIDADE RECONHECIDA PELO STJ. REDUÇÃO DA ALÍQUOTA DO IPTU PARA 0,4% EM TODO O IMÓVEL NÃO PROSPERA - LIMITAÇÃO DE ACORDO COM A LEI N. 5355/2010 – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE IMPEDE O ACOLHIMENTO DO RECURSO POR AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Sedimentado no STJ REsp n. 1482184/RS (relatoria do Min. Humberto Martins) é possível a adoção de mais de uma alíquota de IPTU para a mesma área, quando esta for de preservação ambiental como é no presente caso. A alíquota do IPTU, conforme decidido pela primeira instância, está em estrita consonância com as Instruções Normativas 001/DRI/CIPTU/SMF/202 e 005/DRI/SMF/2013, bem como nos termos do artigo 554 da LC 004/92 e Decreto n. 6141/2016, não há razão para ser alterada, assim como não merece ser acolhido o pedido alternativo. Recurso desprovido em sua integralidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. Reginaldo Conceição Amorim; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. Benedita Madaleno da Costa e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 29 de novembro de 2.017

Luiz Mário Massad G da Silva
Presidente da Turma

João Tito S Cademartori Neto
Conselheiro Relator

Benedito Oscar Fernandes de Campos

Rober Caio Martins Ribeiro